

## **Entre falas e escritos: memórias em torno da história do Centro Social de Monte Grave-Milhã/CE (1973 a 2000).**

**ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA\***  
**Orientadora: TELMA BESSA SALES**

### **1. Introdução.**

A conjuntura memorial do presente, voltada para a compreensão e para o desejo da leitura de um passado recente, se norteia em meio a um momento de instabilidade e imprevisibilidade do presente. Como atesta Marc Bloch, o retorno ao passado deve se dá meramente por questões contemporâneas. O que nos convém não é o passado em si, mas as suas retomadas a partir da compreensão do “agora”. Partindo desse pressuposto é que, acessamos por meio da memória as lembranças de eventos sociais que marcaram a fundação do Centro Social de Monte Grave (CSMG), localizado no município de Milhã- CE<sup>1</sup>.

O Centro Social de Monte Grave é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que vem realizando um trabalho de longo alcance social nas áreas de saúde, educação, associativismo, agricultura, ação social e lazer. É filiada à FEMICE – Federação das Entidades de Misericórdia do estado do Ceará, à CMB – Confederação das Misericórdias do Brasil e reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social, sob o processo 44006.000623/97-96 e Utilidade Pública Municipal Lei nº 006/90 de 01.06.90, Atestado de Registro no CNAS processo nº 219.134/81 e inscrita no CGC-MF sob nº 07.733.629/0001-90.

---

\* Aluna do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), da Universidade Estadual do Ceará e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

<sup>1</sup> O município de Milhã conta com uma população de 13.086 hab. E com uma área de 502 km<sup>2</sup>. Suas origens são recentes, como distrito desmembrado de Solonópole e situado à margem direita do rio denominado Capitão-Mor. A povoação, formada por pequenos agricultores, comerciantes e criadores de espécies diversas, data de início do século XX. Origem do Topônimo: Milhã é um nome de uma gramínea existente na região. Gentílico: milharenses. Formação Administrativa: Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Milhã, figura no município Cachoeira, que depois passou a denominar-se Solonópole. Elevado à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 4448, de 03-01-1959, desmembrado de Solonópole. Pela lei estadual nº 8339, de 14-12-1965, é extinto o município de Milhã, sendo seu território anexado ao município de Solonópole, como simples distrito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, alterado em seus limites pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985. Constituído de 2 distritos: Milhã e Carnaubinha. Ambos desmembrados de Solonópole. Instalado em 01-01-1986. Pela lei estadual nº 11.315, de 15-05-1987, é criado o distrito de Monte Grave e anexado ao município de Milhã. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988, o município de Milhã, constituído de 3 distritos: Milhã, Carnaubinha e Monte Grave. Pela lei municipal nº 012, de 16-12-2002, foram criados 3 distritos: Baixa Verde, Barra e Ipueira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003, o município de Milhã, constituído de 6 distritos: Milhã, Baixa verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira e Monte Grave. Acesso em: 22/10/12 IBGE :: Cidades@ :: Milhã – CE [www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230835](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230835) 15/17.

No início da década de 1990 o cenário rural da comunidade de Monte Grave foi alterado pela presença de elementos citadinos, tornando-se assim palco de disputas políticas e de movimentação social ganhando assim conotação e reconhecimento municipal. Vale salientar que essa história começou ainda em 1971, período de tensão política no país. O Brasil atravessava um dos maiores conflitos políticos e sociais de sua história, a Ditadura Militar. Em meio a esse panorama, nasce no meio do Sertão Central cearense, uma comunidade que queria ser mais do que um oásis no deserto de possibilidades de trabalho, de progresso e etc. A cidade de Milhã-CE, ainda bastante nova, era mais um marasmo, quase somente uma pequena vila, sem muitas perspectivas de emprego, salvo os que estavam ligados a favores políticos. Concurso público era uma realidade muito distante. Portanto, havia uma parte da população que era relegada da questão empregatícia. A ideia de construir um novo espaço nasce, sobretudo, de concepções religiosas como igualdade, solidariedade e etc. Baseada nessas compreensões cristãs funda-se o Centro Social de Monte Grave, nomeado pela comunidade a Associação.

*[...] quando nós iniciamos o que eu te falei, o movimento Católico (Juventude Agrária Católica) a previsão eu já tinha clareza que o caminho era ter uma associação comunitária, organizada na própria comunidade e então eu me preparei bem mais também com a ideia, inclusive em outras Paróquias da Diocese de Iguatu e na verdade só em 71, em 1971, eu retomei em definitivo para o Monte Grave. Naquele mesmo ano, em junho do mesmo ano, nós criamos a Associação, Centro Social de Monte Grave. Porque eu já tinha clareza e já tava trabalhando desde algum tempo a ideia das famílias também, que só tinha esse caminho, como a gente não tinha apoio do poder público, porque nunca teve. É, só tinha esse caminho, criar uma associação comunitária e que fosse participativa com todas as famílias, daí o caminho para a gente achar uma saída para uma vida melhor pro povo<sup>2</sup>.*

Distando 16 km da sede, o distrito de Monte Grave era marcado pelo atraso econômico. A principal atividade desenvolvida era a agricultura, onde ganhava destaque à plantação de algodão. As casas eram feitas de barro, “a maioria das casas aqui da região, por exemplo, nem tinha porta [...] e sucessivamente não tinha alimentação suficiente em outras famílias mais pobres”. Foi assim, com esse pano de fundo que o Centro social foi tomando lugar, sendo legalizado pelo estatuto:

<sup>2</sup> Faustino Pinheiro, presidente do Centro Social. Entrevista realizada por mim em 23/08/2012.

*Em 10-05-1973, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, com objetivos sociais e culturais, que terá a denominação de ASSOCIAÇÃO, que terá sua sede no sítio Monte Grave, CEP. 63.639-000, Município de Milhã, foro – Ceará<sup>3</sup>.*

Neste cenário, ainda no início dos anos noventa, predominava na região profundos resquícios de uma política paternalista. Os cargos ocupados na Prefeitura Municipal de Milhã eram apontados a dedo pela administração. Opondo-se a essa prática, o distrito de Monte Grave, liderado por Faustino Pinheiro se apresentava como a principal resistência ao poder local, representada pelo PMDB. Em decorrência disso, diversas vezes a região do distrito se viu fora das ações públicas.

De forma singular essa pequena comunidade rural necessitava alçar voo próprio, já que não podia contar com o apoio da prefeitura. Sendo assim, na busca de melhorias e desenvolvimento para o distrito, em termos sociais, políticos e econômicos, o Centro Social de Monte Grave, tinha/tem por finalidade:

*I – Organizar e orientar os moradores da Cidade de Milhã-CE, no sítio Monte Grave, com vistas à defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhes assegure a satisfação de suas necessidades fundamentais de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e de trabalho<sup>4</sup>;*

O Centro Social contava com o apoio dos agricultores dos sítios<sup>5</sup> vizinhos que se associaram procurando melhorias para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, bem como apoio político, pois viam suas necessidades representadas nas pautas de discussões da Associação<sup>6</sup>. Perguntado sobre a adesão das famílias Faustino diz:

*Na década de oitenta, por exemplo, nós já tínhamos a totalidade das famílias aderindo ao projeto e participando e na verdade naquele contexto todo esse projeto foi muito abençoado, sobretudo naquela época porque trouxe realmente uma vida muito melhor (tom enfático) para as famílias pobres.<sup>7</sup>*

<sup>3</sup> Art. 1º do Estatuto registrado no livro A-2, as fls. 10/13, sob o nº. 062.

<sup>4</sup> Art.2º, I do Estatuto registrado no livro A-2, as fls. 10/13, sob o nº. 062.

<sup>5</sup> [...] 2. Lugar; localidade, povoação. Editora Melhoramentos Ltda. 1ª Edição, 2ª Impressão, agosto de 2005. ISBN: 85-06-04442-1. Cf. pág. 481

<sup>6</sup> Atualmente, o quadro social efetivo é composto de 189 (cento e oitenta nove) sócios, porém incluindo-se os dependentes, o projeto atinge um contingente em torno de 1000 (mil) participantes.

<sup>7</sup> Faustino Pinheiro, presidente do Centro Social. Entrevista realizada por mim em 23/08/2012.

Através de projetos sociais junto ao Centro Social de Monte Grave, foram construídos alguns prédios que alteraram não somente o cenário visual do distrito, mas a vida social da região. O Hospital Comunitário, a rádio comunitária, a fábrica de castanha, a creche comunitária, centro recreativo, casa do idoso, lapidação, fábrica de costura, dentre outros. Todas as atividades, que davam movimento a essa estrutura de cal e pedra, tinha em suas direções, sócios do CSMG e/ou seus filhos.

Nesse sentido, uma das intenções dessa pesquisa, é a compreensão da relação dos prédios na interação social, isto é, entender o processo de constituição da associação (CSMG) e a sua dinâmica social, sobretudo, no que tange a memória do povo desta região, assim como o seu envolvimento no correspondente as lutas políticas travadas que culminaram na desarticulação das atividades e no fechamento destes estabelecimentos.

## **2. Lembranças e histórias envoltas ao CSMG.**

Para o desenvolvimento da pesquisa, as fontes principais são a documentação do Centro Social de Monte Grave, como atas de reuniões<sup>8</sup>, Estatuto da Instituição<sup>9</sup>, fotografias<sup>10</sup>, (acervo do CSMG), cartas trocadas com as instituições que financiavam alguns dos projetos (exemplo a MANUS UNIDOS da Espanha) e outros.

Além dos documentos escritos buscamos a articulação com as memórias de membros da Diretoria e sócios da Associação na tentativa de fazer um levantamento da importância da mesma no cotidiano social da região.

---

<sup>8</sup> Dentre as atas destaca-se a de fundação, nela apontamos o fato de que “Por falta de sede própria o evento primeiro aconteceu, como foi dito, na residência do Sr. Francisco Faustino Pinheiro, o qual presidiu a reunião. A reunião que teve seu início as 08h00min. da manhã da data acima, durou três horas e vinte minutos, entre os assuntos discutidos, pautou-se a elaboração do Estatuto que irá reger a nova associação. Em primeiro lugar, voltou-se o nome da nova instituição, a qual levou o nome de CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE”.

<sup>9</sup> O Estatuto do Centro Social de Monte Grave apresenta o perfil da associação tendo como enfoque no Capítulo I – Da constituição, fins, duração, sede, foro e jurisdição; Capítulo II – Do patrimônio e rendas; Capítulo III – Dos associados; Capítulo IV – Dos órgãos da administração; Capítulo V – Do processo eleitoral; Capítulo VI – Das disposições gerais, sendo que cada capítulo está articulado por Artigos se somando um número de 32 no total. O presente estatuto fora renovado em 21 de maio de 2006, sendo aprovado pela assembleia geram na referida data.

<sup>10</sup> As fotografias que previamente tivemos acesso correspondem a registros de inaugurações e/ou desenvolvimento das atividades, como o funcionamento da Rádio comunitária e etc.

Tanto uma fonte como a outra necessita de um olhar clínico investigativo (GINZBURG, 1989), de uma leitura, como salienta Marc Bloch a contrapelo, buscando esclarecer o subentendido, o não dito, as reticências bem como as relações estabelecidas e os atores sociais dessas relações a partir do falado e do escrito. A intenção é cruzar as fontes, não superpondo uma a outra, mas como possibilidade de compreensão da realidade a partir de frentes de análises diferentes e por vezes correlatas e complementares.

Com estes recursos teóricos metodológicos objetivamos um desenvolvimento na tentativa de situar os discursos, as representações e as falas dos atores sociais envolvidos na criação de espaços e na participação dos mesmos na execução dos projetos. Segundo Le Goff (1991), “o método, o trabalho do historiador, a meu ver, consistem necessariamente em uma constante ida-e-volta entre passado e presente. Sendo que o presente é obviamente o futuro. O futuro do passado” (pág. 263).

Sabemos dos limites e das dificuldades com o trabalho com as fontes orais, afinal “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992: 203). Mas, partilhamos da ideia de que até mesmo os lapsos, as *pseudos* verdades antes de serem limites se constituem em um espaço para a interpretação e análise do historiador.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF, 1996: 410)

Percebemos então, que os indivíduos estão continuamente colocando para si questões relacionadas ao local onde vivem. Entendemos ainda, a memória não como representação do indivíduo apenas, mas sim, de um sujeito inserido em um contexto familiar, social e nacional. Optamos, pois, por utilizar nessa pesquisa a metodologia da história oral, procurando resgatar através de entrevistas os vários olhares, entrevistando pessoas diferentes com vivências heterogêneas, para que se pudesse dar voz ao maior número possível de visões sobre o CSMG, fornecendo subsídios para pensar como gerações e indivíduos distintos percebiam/percebem aquela comunidade.

Entendendo ainda que a memória pode ser compreendida como o resultado do entrelaçamento das experiências cotidianas e a importância do lugar nas práticas habituais dos entrevistados, podemos viajar no tempo de construção e desenvolvimento da Associação

através da fala, lugar de memória (FARGE, 2011). Portanto, as entrevistas são um aporte que identifica por meio do discurso o universo narrado, construindo assim uma rede intrincada de reminiscência da Associação, aonde os entrevistados vão também expondo suas próprias memórias. A fala nesse âmbito, nada mais é, do que um fio da memória que ao longo da entrevista transforma-se numa grande fiação construída com o tempo, onde em vários fios são dados nós, e só nos chega à seleção de acontecimentos que consciente e inconscientemente o entrevistado permite-nos conhecer.

Cremos, portanto, ser possível fazer uso de relatos orais dos moradores da comunidade na tentativa de perceber a rede de significados construídos em torno das lutas, vivências, sentimentos construídos ao longo dos anos, seja na época de sucesso, seja na época de defasagem dos projetos sociais do Centro Social de Monte Grave. Por fim, a história oral nos dará a oportunidade de recuperação de outros sujeitos dentro da história do CSMG que ajudaram a colocar os projetos em evidência e os fizeram acontecer.

### 3. Memória e história oral: preenchimento de lacunas do registro histórico,

A variedade das problemáticas pertinentes à *memória* mostra que esta é uma temática cada vez mais recorrente numa sociedade marcada pelo aceleração do efêmero. Tedesco (2004), citado por Picoli (2010: 173), defende que é:

*[...] fundamental a reconstituição da memória, porque a sociedade da informação, da técnica e da racionalidade econômico-consumista faz o tempo andar mais rápido, permite dar funcionalidades diversas aos espaços e às coisas; os objetos perdem significados mais depressa, têm reduzido seu tempo de duração e significação.*<sup>11</sup>

O universo de probabilidades na sua abordagem é dilatado, é amplo, exemplo disso é a discussão feita por Maurice Halbwachs no correspondente a memória individual e coletiva e a tônica de que memória e história são coisas distintas. Sendo que a primeira se apresenta como possibilidade de fonte para o historiador, que com critérios toma-a como parte para a constituição de um trabalho científico.

---

<sup>11</sup> TEDESCO, João C. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

*Ao nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, pág. 423).*

No plano subjetivo, através de múltiplos critérios, a memória tem a capacidade de selecionar, constituir e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivido. Na realidade, há muito tempo que está superada a perspectiva de que a memória é um atributo somente individual. Estudos de diversas origens disciplinares coincidem na experiência compartilhada da memória, ou seja, na sua natureza social. Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas (sejam na forma de objetos, palavras, etc.). Não só isso, a memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos, como atesta Schacter (1999)<sup>12</sup> citado por Padrós (2002):

*As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registros fotográficos dispostas num álbum mental; “não arquivamos instantâneas objetivas dos fatos acontecidos, senão que captamos o significado, o sentido e as emoções às quais se associaram tais experiências”. (s/p)*

O historiador não deve se limitar a reproduzir a memória, seja de quem for, mas problematizá-la e discuti-la. Pois até mesmo os seus lapsos podem ser usados como fonte adicional para a pesquisa. Concordamos com a ideia expressa por Maia Júnior (2008) de que a memória vive de fronteiras e a história busca atravessá-las. Nesse sentido, tudo que for expresso na fala se constitui em espaço onde o historiador pode enveredar para preencher as lacunas da história.

A memória é uma construção do passado, mas pautado em emoções e vivências; ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Como discute Ferreira (2002), “o que importa é identificar as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso” (pág. 318). Ela salienta ainda que “a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a história veio oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado” (pág. 320).

---

<sup>12</sup> SCHACTER, Daniel L. **En busca de la memoria**. Barcelona: Grupo Zeta, 1999. *Apud* PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. UFSM. Santa Maria - RS. Revista nº 4, 2002.

Partindo dessa premissa entendemos que a História oral abre a possibilidade para o preenchimento de lacunas do registro histórico, e como já foi bastante discutido no mundo acadêmico, dá voz aos excluídos, recuperando trajetórias individuais e coletivas, dentro de processos históricos camuflados pela história oficial. “Tirar do esquecimento o que a história sufocava durante tanto tempo” (FERREIRA, 2002: 322). Podemos dizer assim, que a História Oral é uma veia de democratização da história em si mesma. A entrevista no nosso entender permite que recuperemos informações acerca da atuação individual e coletiva em torno da associação. “As entrevistas não são depósitos de informação, ou meros complementos, e sim os conteúdos e formas se vislumbram como os grandes porquês da pesquisa” (MAIA JÚNIOR, 2008: 29). Além de permitir o acesso à memória, o relato nos possibilita reflexões sobre as relações de sociabilidade, bem como as particularidades dos entrevistados. Na nossa conversa com Faustino Pinheiro notamos que foi a partir de aptidões pessoais voltados para os ideais religiosos manifestados ainda em sua adolescência, que foi emergindo uma indignação frente ao descaso político. Sua audácia e vontade de mudança são relatos devidamente selecionados para enfatizar que, desde muito cedo ele almejava assumir a função de líder frente à projeção da Associação. Ao falar de sua trajetória como presidente do CSMG, ele perpassa o muro da individualidade e se coloca como mentor da história da associação. Nesse sentido, comungamos com a ideia de Maurice Halbwachs que entende a memória não como um fenômeno de interiorização individual, mas, também e, sobretudo, como uma construção social e um fenômeno coletivo. Ela é modelada pela família e pelos grupos sociais. Isso significa que o individual se forja no social e vice-versa, não se separa a memória em dois campos distintos, mas estes se encontram em simbiose. “As lembranças que guardamos são partilhadas com outras pessoas, revelando aspectos intrínsecos dos grupos sociais nos quais nos envolvemos” (JUCÁ, 2003: 85). No entanto, “apesar da liberdade de expressão, que garante a manutenção da cidadania, a construção ou reconstrução do passado é seletiva ou até mesmo distorcida, pois a memória social é submetida às limitações impostas pela sociedade, revelando-se a trama das relações sociais” (JUCÁ, 2003: 85).

Nessa perspectiva, apesar das limitações e dificuldades de lidar com a complexidade do processo memorial, entendemos que a oralidade permite-nos conhecer ou acessar inúmeras informações das experiências sociais do Centro Social de Monte Grave. “Fazer história oral

significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros” (FRANÇOIS, 2006: 17) <sup>13</sup>. Os depoimentos orais constituídos em narrativas são subsidiados e alimentados pela memória que é um campo onde se pode compreender a vida humana e suas intrincadas redes de convivência. Comungamos com a ideia expressa por Jucá (2003), quando este salienta que a história oral extrai fragmentos que excedem os documentos oficiais. “Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita.” (CERTEAU, 1994: 163). Temos claro diante das perspectivas em torno da oralidade que o discurso não pode ser entendido como uma cristalização das experiências, toda memória, se materializa na fala com limites e intenções. Todavia, “levar a sério os relatos orais não significa considerar que eles falam por si mesmos de uma forma simples ou que seus significados são auto-evidentes. [...] a tradição oral pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimento”. (CRUIKSHANK, 2006: 151) <sup>14</sup>.

#### 4. Considerações finais

Baseada nas discussões expressas anteriormente, entendemos que estudar a constituição do Centro Social de Monte Grave adquire um interesse histórico, uma vez que reconstruir sua formação é recuperar uma parte da história política do município de Milhã e em segundo lugar permite entender a atuação de um grupo, que embora ancorado por razões sociais, torna-se alvo de perseguição política, assim como do povo, que acaba sendo escudo/alvo desse jogo de poderes, conquanto fossem a razão da luta por melhorias. Vale salientar ainda, que a partir dessa pesquisa é possível falar da história cearense, tendo como pano de fundo o sertão do estado.

Ao buscar entender as contradições no bojo das memórias fragmentadas, transitórias e flutuantes não se faz apenas um estudo do perfil burocrático ou ideológico do Centro Social de Monte Grave ou de seu líder, mas visualiza-se o contexto em que foram pensadas e postas em prática às ideias cristãs de igualdade, fraternidade e etc. e de que maneira esses conceitos

---

<sup>13</sup> FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>14</sup> CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ajudaram na atuação das atividades do CSMG, e com que força se encontra presente na memória de um povo, de uma comunidade que foi alicerçada em tais princípios.

É importante partir da ideia de que os anos já são outros, mas as lutas por mais que não sejam motivadas pelas mesmas razões, se encontram fragmentadas nas portas fechadas dos prédios que foram construídos por meio de muita labuta, tanto no plano de idealização de projeto, como na própria construção de cal e pedra. Ver portas fechadas, máquinas enferrujadas, traz à tona uma série de acontecimentos que embora, já não possam se configurar como presente carrega em si a marca de um tempo que foi, mas ainda continua sendo, haja vista que ainda compõem o cenário visual da comunidade e por vezes a faz refletir sobre suas histórias a partir do próprio limite imposto pela fechadura. Afinal, a comunidade foi uma coisa antes da Associação, e se tornou efemeramente distinta a partir das conquistas adquiridas por meio dos projetos gestados no Centro Social. Uma das mudanças que gerou mais impacto foi à construção do Hospital, o primeiro trabalho realizado pela Associação.

*[...] nós começamos do zero não tinha nada para facilitar a vida de ninguém e chegamos a ter é aqui na região, por exemplo, né, falando só do hospital. O nosso hospital aqui em Monte Grave era coisa de primeiro mundo, por que fazia tudo aqui né e sem falar nas outras diversas atividades.<sup>15</sup>*

E sem dúvida após o apogeu desses projetos o olhar desta localidade para si mesma ganhou outra conotação, outros tons. É *míster* destacar que o cenário foi alterado, mas isso não se deu fora de conflitos e tensões políticas e sociais. A comunidade como um todo teve que lidar contra as arbitrariedades de políticos locais, que viam seu poder ameaçado diante da eminência de uma Associação que tinha seus próprios ditames e se fazia notar a nível local, regional e estadual. Esse tempo, ou essa eminência parece estar engolido nas entranhas do passado. Só recordações, prédios erguidos e agora fechados e nada mais? O movimento intenso que dinamizou por anos a vida social da região já não pode ser notado no cotidiano. O acesso a esses momentos vigorosos, só pode ser feito através da memória de homens e mulheres que atuaram nessa história, e ainda por meio de documentos como atas de reuniões, fotografias e outros que retratam o período.

---

<sup>15</sup> Faustino Pinheiro, presidente do Centro Social. Entrevista realizada por mim em 23/08/2012.

Certamente a visão que eles possuem de si se encontra carregada de limites, de derrota, mas esconde também um orgulho de pertencimento àquela luta de melhoria, que por algum tempo deu certo. Queremos dizer, pois, que assim como a História que se faz e é mutável, a compreensão que a comunidade tem de si mesma é composta por um mosaico de representações que oscila entre o bom e ruim. Em muitos momentos, mais importante do que o impacto e a frustração das derrotas sociais representadas nas portas batidas dos prédios da Associação, são os significados das lutas para conseguir os projetos, para construir cada um desses prédios e finalmente, como esses significados são veiculados nos embates políticos. Como bem atesta Pesavento (1995):

*Naturalmente a forma de uma cidade seus prédios e movimentos contam uma história não verbal do que a urbe vivenciou um dia, mas, por mais que este patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteram inexoravelmente, seja enquanto forma função ou significado (pag. 284).*

Dessa forma, a importância da comunidade como referência para a reconstrução do passado advém do fato do grupo social ser objeto de recordações, tanto individuais como coletivas. O CSMG foi o palco onde muitos eventos sociais ocorreram, bem como o cenário de atuações particulares. Tais indivíduos são, portanto, arena onde as memórias podem ser ativadas ou reavivadas. Além disso, os prédios também podem ajudar no processo de rememoração uma vez que são o registro e a materialização de uma história, bem como escondem e expressam as marcas das experiências humanas<sup>16</sup>. Não são apenas os projetos materializados, mas também lutas, vivências sociais, discursos políticos, conflitos e embates em torno do crescimento, da representatividade da comunidade.

---

<sup>16</sup> Sobre o conceito de experiência recorremos a Thompson (1981) onde ele discute que “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamentos. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada, e essa experiência é *determinante* no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte de matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências”. (pág. 16).

Podemos dizer que apesar da maioria dos prédios não mais funcionarem como antes, com exceção da rádio comunitária, eles representam um registro da história dessa região, é a materialização dessa história. Em algum momento houve com bastante intensidade a apropriação material destes espaços, cuja ocupação significava um intenso movimento de pessoas, de ideias, de projetos e etc. Todo esse movimento foi dando vida e forma a essa comunidade. A própria questão estética tem impregnado nas paredes o modo de ser das pessoas do lugar. Mas, certamente os significados foram mudando ao longo dos anos, tendo em vista que eles são móveis, variáveis de acordo com as nossas vivências.

É, portanto, no entorno desses limites impostos pelas vozes até então silenciadas e pelas portas fechadas que buscamos compreender o papel que o Centro Social de Monte Grave tem na vida das pessoas da comunidade. É importante notar que a construção do espaço, sua transformação de pequeno povoado em um pequeno centro de atividades comerciais e/ou sociais suscitava sensações, percepções e a elaboração de representações para aqueles que vivenciaram o processo de mudança da localidade. O desenvolvimento com características urbanas do Distrito esteve vinculado a diversos setores, um mosaico de atividades desenvolvidas em torno da Associação. Eram construídos novos espaços de áreas comerciais e de sociabilidade. As relações de vizinhança multiplicavam-se à medida que se intensificavam as atividades desenvolvidas, a movimentação era outra, mesmo não se tratando de uma metrópole, as transformações eram notórias não só pelo novo plano urbanístico que a comunidade ganhava, mas pela própria dinâmica que as atividades propiciavam. Nesse sentido, cabe à alusão a Matos (2002) quando esta, no livro *Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho*, destaca que:

*O espaço não é só caracterizado e identificado pelas imagens, ele também é som, e da rua vinham os sons desde as primeiras horas da manhã até que a última janela se fechasse à noite: pregões, cantilenas e serenatas, ainda tão presentes de forma nostálgica nas lembranças de uma Paulicéia desvairada (pág. 45).*

As memórias do privado ultrapassam o círculo das quatro paredes, misturando-se com as lembranças dos laços comunitários. Ao associar-se, a população buscava “um estreitamento dos vínculos comunitários e outros laços – bem como reagir às condições adversas e superar a

iminência da miséria absoluta -, procuravam possibilidades de arranjar emprego, tarefas diárias (...). (MATOS, 2002: 48).

Os prédios são a representação mais contundente do espaço comunitário. São a efetivação de um sonho e ao mesmo tempo a marca mais notória da falência, da “ruína” da mesma. Em todo caso, os prédios, ponto referencial de acesso à memória, pertencem à história de cada família do distrito, tornando assim parte integrante dessa mesma história de sucessos e insucessos. Neles jazem silêncios, lutas impressas nos tijolos, ideias que foram discutidas e tolhidas pelo tempo. Afinal, como bem salienta Marc Bloch<sup>17</sup>, citado por Vidal (2007: 6-7) “a memória não conserva o passado, mas o reencontra, o reconstrói sempre, a partir do presente”. Ressalta ainda, que “toda lembrança, a mais pessoal que seja, está em relação com um conjunto de valores e experiências mais amplo”.

---

<sup>17</sup> BLOCH, Marc. “Mémoire collective, tradition et coutume. A propos d’un livre récent”, *Revue de synthèse*, t. XL, dec. 1925, pp. 73-83. *Apud*: VIDAL, Laurent. *Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns elementos de reflexão. Patrimônio e memória*. UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, p.1.

## BIBLIOGRAFIA

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FARGE, Arlet. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. Uma Entrevista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 4. n. 8. 1991. p. 262-270.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. UFSM. Santa Maria - RS. Revista nº 4, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8. Nº 16, 1995, p. 279-290.

PICOLI, Bruno A. Memória, História e oralidade. *Mnemosine Revista*. Passo Fundo, RS: UPF, volume 1, nº 1, jan./jun., 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, pp. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 5. n. 10, 1992. p. 200-212.

THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 269p.

VIDAL, Laurent. Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e memória*. UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, p.1.